

Exclusão e inclusão na Cultura Brasileira.

Exclusion and Inclusion into the Brazilian Culture.

Clarissa T. Kauss.

Vera L. T. Kauss

Resumo

Este artigo tem como objetivo pontuar a estruturação do processo dialético da exclusão e da inclusão na Cultura Brasileira. Para isto, busca articular a visão de cultura, exclusão e inclusão que prevalecem no contexto social brasileiro, apresentando hipóteses dos motivos de serem reproduzidas, além de delinear caminhos para reverter o que, ainda hoje, é fruto de preconceito e reproduções acríticas de modelos há séculos dominantes. Reconhece-se a cultura como um conceito complexo, uma questão contemporânea, com diferentes possibilidades de definições e parte-se do pressuposto de que, ao pensarmos sobre ela reconhecendo suas nuances, nos tornamos mais críticos e atentos para nossa construção enquanto indivíduos. Elementos históricos, filosóficos, antropológicos, entre outros, são necessários para traçar o contexto das ações que refletem a exclusão e a inclusão social no Brasil, para tal, esta pesquisa documental e bibliográfica conta com as considerações de Pochmann (2003), Santos (2006), Rocha (2006), Laraia (2009), Ortiz (2006), entre outros. Inicialmente, se discute algumas questões a respeito das noções basilares sobre cultura; em seguida, aborda-se, fundamentalmente, a Cultura Brasileira e, por fim, se apresentam algumas ponderações sobre a exclusão e a inclusão social no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Cultura Brasileira. Exclusão Social. Inclusão Social.

Abstract

This article has as objective to punctuate the structure of the dialectic process of the exclusion and inclusion into the Brazilian Culture. In order to do it, this article tries to articulate the vision of the culture, exclusion and inclusion that prevails in the Brazilian social context, presenting hypothesis of the reasons to be reproduced, besides outlining ways to reverse what, still nowadays, is a result of the prejudice and reproduction of models that are dominants for centuries without criticism. Culture is recognizes as a complex concept, a contemporary matter, with different possibilities of definitions and it is common to believe that, when we think of it we recognize its nuances, we become more critics and alert for our construction while individuals. Historical, philosophic, and anthropologic elements, among others, are necessary to delineate the context of the actions which reflect the social exclusion and inclusion in Brazil, for such, this documental and bibliographic research counts with the considerations of Pochmann (2003), Santos (2006), Rocha (2006), Laraia (2009), Ortiz (2006), among others. Initially, it's discussed some issues about the basic notions of culture; followed next, fundamentally, the Brazilian Culture and, lastly, are presented some considerations about the social exclusion and inclusion into the Brazilian context.

Key-word: Brazilian Culture. Social Exclusion. Social Inclusion.

Introdução

O Brasil tem sido cada vez mais identificado como um país de referência no campo da desigualdade, marcada por enorme contradição nacional.

Marcio Pochmann.

Para se pensar em exclusão e inclusão na Cultura Brasileira, evitando o risco de reproduzir discursos de lamentação ou de menos valia, primeiramente, faz-se relevante entender claramente alguns conceitos basilares sobre o que é cultura e como esta se estrutura, além da dialética que existe entre a exclusão e a inclusão social.

Como destaca a epígrafe, nosso país é rico, mas a grande maioria de sua população vive na miséria ou bem perto dela. Como constata Pochmann (2003)

Apesar de encontrar-se entre as dez maiores economias mundiais, permanece entre as quatro nações com pior distribuição de renda. Situa-se entre os seis países com maior exportação de alimentos, mas mantém uma parcela significativa de sua população passando fome, utilizando cerca de um terço do total de terras agricultáveis. É destaque internacional no combate à Aids e nas técnicas de cirurgia plástica, porém convive com doenças e com índices de analfabetismo próximos aos do século XIX. (p.30)

Mas isto não é de hoje e, lamentavelmente, também não está apenas no passado. “Há séculos mãos visíveis e invisíveis vêm se apropriando das riquezas deste país. (...) O esquema se repete desde a colônia, passando pelo império, até a república.” (BESSA, 2003) e, como consequência, temos a nossa realidade social atual.

Pressupondo, então, que ao delinear o complexo conceito de cultura se instrumentaliza o pensamento mais atento e crítico para a construção social, este artigo busca considerar os elementos históricos, filosóficos, antropológicos, entre outros, para traçar o contexto das ações que refletem a exclusão e a inclusão social no Brasil.

Mas, para entender a dialética entre a exclusão e a inclusão social na nossa sociedade, traz-se do passado as possíveis origens e se repensa o presente, observando as dinâmicas contemporâneas e organizando hipóteses de superação de mitos como o da “democracia racial” e o da “identidade nacional” entre outros movimentos impostos mundialmente.

Assim sendo, no primeiro momento, sistematizaremos o que é cultura e como esta se constrói para, depois, analisar a historicidade da dialética entre a inclusão e a exclusão na cultura brasileira. Pois, por este caminho, acredita-se identificar a origem de preconceitos e entender o que produz sua reprodução na atualidade.

Cultura + Cultura = Culturas?!

Cultura é um tema repleto de nuances. É uma construção histórica, um produto coletivo da vida humana no processo social e, como tal, precisa ser entendida para ser apropriada em favor do progresso humano.

Laraia (2009) afirma que “cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, tem visões desencontradas das coisas.”. E, seguindo este olhar, pode-se perceber, por sua vez, a grande diversidade de interpretações de uma mesma situação ou objeto, além de esclarecer, consideravelmente, a dificuldade de lidarmos com o diferente.

As sistematizações sobre cultura, iniciadas na Antiguidade, tentando explicar os diferentes comportamentos sociais que os grupos humanos assumiam, começaram a ser formalizados como usamos nos dias de hoje só em 1971, por Edward Tylor. Mas, embora não tenha sido sempre algo consciente para a humanidade, uma das questões mais relevantes do conceito de cultura fica explícito quando Heródoto (484-424 a. C.), grande historiador grego, afirma que

se oferecêssemos aos homens a escolha de todos os costumes do mundo, aqueles que lhes parecessem melhor, eles examinariam a totalidade e acabariam preferindo os seus próprios costumes, tão convencidos estão de que estes são melhores do que todos os outros. (apud. LARAIA, 2009, p.11)

Esta constatação traz, subliminarmente, a tendência etnocêntrica que o ser humano, em geral, assume ao considerar bárbaro o que não faz parte do seu contexto sócio-histórico, usando os seus valores e conceitos para validar ou não os dos outros grupos.

Neste processo de questionamento sobre como definir cultura, hipóteses foram levantadas. Ora se acreditou em um determinismo biológico, ora em um determinismo geográfico, ou seja, ora se validou a superioridade dos grupos por fatores físicos e orgânicos, ora se apostou que o ambiente impunha aos indivíduos limites de evolução, porém, pela observação concreta, idéias assim foram derrubadas.

Afinal, não é difícil perceber, na história da humanidade, que o ser humano rompe com suas próprias limitações e cria soluções variadas que lhe permite

vencer os impositivos físicos mais variados e, com isso, não se pode aceitar a ideia de que o ambiente comanda as atitudes dos grupos sociais.

Hoje, consideramos que o comportamento dos indivíduos depende do aprendizado, da endoculturação, ou seja, do processo de assimilação de valores e experiências em que está inserido desde o seu nascimento até sua morte, pois à medida que o indivíduo se desenvolve mais age da forma que lhe foi ensinado e não é guiado por questões hormonais. Assim sendo,

O “anjo caído” foi diferenciado dos demais animais por ter a seu dispor duas notáveis propriedades: a possibilidade da comunicação oral e a capacidade de fabricação de instrumentos, capazes de tornar mais eficiente o seu aparato biológico. Mas, estas duas propriedades permitem uma afirmação ainda mais ampla: o homem é o único ser possuidor de cultura (...). (LARAIA, 2009, p.28)

Ou seja, no decorrer do processo, a cultura foi sendo construída enquanto construía os seres humanos e seus grupos sociais. A linguagem humana, por exemplo, mostra esta dinâmica de interação. Ela foi o marco histórico que assumiu cientificamente o início da organização cultural dos grupos sociais, exatamente porque “a linguagem humana é um produto da cultura, mas não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral.” (LARAIA, 2009, p.52)

Quando se pesquisa sobre cultura, atualmente, se busca entender como se construíram as realidades do presente e quais são as perspectivas futuras de determinado grupo. Reconhece-se que esta busca não se dá do nada, que quem olha está olhando de um lugar, com seus valores e conceitos. E tanto a clareza de que cada cultura observa o mundo dentro de um contexto particular quanto a de que quem olha nunca é neutro ou vazio auxiliam na busca por entender a nossa realidade social.

Portanto, ao lermos um livro de História, estamos, na verdade, vendo o acontecimento a partir do referencial de um determinado sujeito (o autor), que faz parte de um grupo social e tem uma história. Mas por se desconsiderar este aspecto, por alguns séculos e, porque não dizer, ainda hoje, preconceitos se

propagam por uma reprodução acrítica da visão etnocêntrica do grupo dominante e por traduções descontextualizadas.

Quando Rocha (2006, p.8) afirma que “cultura diz respeito à humanidade como um todo e, ao mesmo tempo, a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos”, não quer dizer que todos a percebem da mesma maneira, mas sim lembra que as culturas devem ser consideradas nas suas particularidades, a partir do sentido que a realidade cultural tem para aqueles que a vivem, sem desconsiderar a relação estabelecida entre os diferentes grupos e suas culturas para que possamos superar velhos preconceitos e estabelecer o respeito nas relações humanas.

Com este olhar, pode-se relacionar a variedade cultural aos contextos em que são produzidos, respeitando as lógicas internas de cada grupo e o ritmo com que transformam a vida em sociedade. Identifica-se, também, que o processo de formação das culturas se deu de maneiras específicas de classificar, analisar, observar, conceituar e organizar a vida social. Aconteceu do isolamento para a interação, ocorreu por causa da progressiva expansão de determinados grupos que promoveram, em geral pelo atrito, o surgimento de novos contextos.

Mas, como por um longo período, influenciados pela teoria da evolução de Darwin, se acreditou que a diversidade cultural seria explicada por estágios evolutivos e, com isto, as civilizações foram classificadas como selvagem, bárbara e civilizada, justificando socialmente as práticas de dominação e aculturação que os colonizadores impuseram aos colonizados. O movimento de colonização brasileira aconteceu imerso nestes valores e crenças.

Os estudos sobre os universos culturais de cada grupo social foram se intensificando na medida em que a humanidade percebia que algumas sociedades desapareciam, outras perdiam características culturais originais e se transformavam radicalmente ou lutavam para manter suas tradições.

Hoje, esta diversidade é reconhecida além das idéias, conceitos e valores, ela é perceptível na maneira de atuar na vida social e por mais que a globalização esteja aproximando os grupos, ampliando a tendência da formação de uma civilização mundial, cada grupo tem sua construção história e social que deve ser reconhecida.

Historicidade da dialética entre inclusão e exclusão na cultura brasileira.

Durante o século XIX, tentaram hierarquizar as culturas e até desenvolveram teorias com etapas sucessivas de evolução social, mas sempre privilegiando a visão europeia da humanidade e corroborando com o domínio dos principais países capitalistas sobre os demais povos do mundo.

Por um longo espaço de tempo, a ciência e o etnocentrismo caminharam de mãos dadas. Neste olhar evolucionista, em que a discriminação racial e social se justificava, os europeus começaram a colonização dos outros continentes, entre eles o Brasil, acreditando que eram os mais evoluídos e por isto possuidores do direito, ou mesmo do dever, de explorar o mundo todo.

No Brasil, por exemplo, os povos que ocupavam suas terras antes da conquista europeia e os trazidos como escravos foram tratados como inferiores e até o século passado vistos como atrasados no processo evolutivo por conta de suas diferenças. Na atualidade, os povos indígenas brasileiros incorporam novos conhecimentos aos seus, mas lutam para resistir ao grupo que os quer subjugar; enquanto os afros descendentes organizam ações afirmativas, dentro da sociedade, para superar o abismo de desigualdades que historicamente foi criado. Ambos lutam pelo respeito e a valorização das suas culturas que, hoje, são parte do todo que é a cultura brasileira.

No correr dos séculos, se estabeleceu uma forte relação entre nação e cultura, mas, seguindo sempre a referência da cultura dominante, buscou-se criar uma unidade científica, política e econômica. Ambas associadas de perto à idéia de desenvolvimento. Neste processo, o que não se encaixava no molde dominante ficava excluído, à parte.

Este movimento não foi, necessariamente, sempre explícito, muito pelo contrário, na maioria das vezes ele vem embutido em conceitos e valores que reproduzimos acriticamente. Por exemplo, ao buscar por informações estatísticas sobre a discriminação racial no Brasil, encontrei muitos gráficos sobre diferentes pontos do cotidiano social, mas a maioria nem considerava o indígena como grupo excluído.

O “mito da democracia racial” e da “identidade nacional”, que predominou durante o século XX, influenciou o imaginário social, pela miscigenação do povo brasileiro como pacífico e harmonioso.

A hipótese de que o Brasil seria, ou seja, uma democracia racial foi adotada com muito entusiasmo e a proposta era apresentar dados substantivos que comprovassem essa tese. Ou seja, de que no Brasil havia preconceito de classe e de que o preconceito racial era apenas um ingrediente de preconceito de classe. Tese recorrente e análises oriundas das obras de Gilberto Freire (apud NAIFF, NAIFF & SOUZA, 2009, p.3)

Neste cenário, se construiu a estrutura social excludente que experimentamos hoje. E mesmo o grupo afro descendente que já consegue, singelamente, por movimentos políticos, se organizar e assumir espaços de poder, ainda representa uma face da sociedade em que “a pobreza no Brasil tem face negra e feminina”, segundo afirmou a Presidente Dilma Rousseff, em um pronunciamento a jornalistas no dia 20 de novembro de 2011.

Considerando, então, que, pela nossa construção histórica, não dá para falar em exclusão e inclusão na cultura brasileira desconsiderando nem os indígenas e nem os afros descendentes, mesmo reconhecendo suas singularidades culturais, vou usar, como foco, a pesquisa realizada pela UNICEF¹ em parceria com UNIFEM (2000)², por este considerar os dois grupos e ainda fazer uma divisão por gênero em algumas de suas análises.

Como esta pesquisa está vinculada ao compromisso assumido por 191 países das Nações Unidas (ONU), entre estes o Brasil, de promover o desenvolvimento do país cumprindo, especificamente, oito metas até o final de 2015, ela foi trabalhada para mapear a realidade nacional pensando diferenças raciais, étnicas, de gênero e de faixa etária.

Dentro do conjunto de informações organizados neste documento, que não esgotam os temas, mas propõem o olhar mais crítico e humano para os

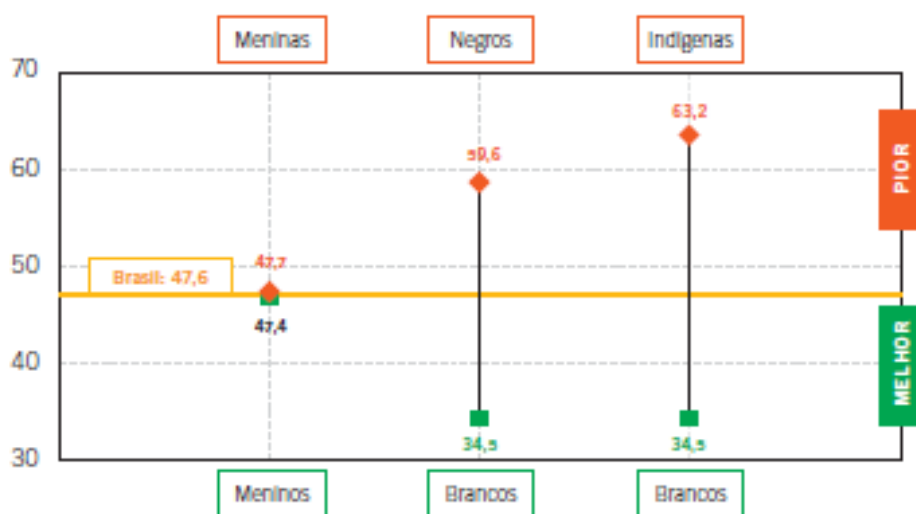
1 United Nations Children's Fund é a agência da Organização das Nações Unidas (ONU) com mandato da defesa e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Mais informações: www.unicef.org.br.

2 UNIFEM é o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher que proporciona assistência técnica e financeira a programas e estratégias inovadoras que promovem os direitos humanos, a participação política e a segurança econômica das mulheres. É um programa de combate à pobreza, com as dimensões raciais, étnicas e de gênero.

projetos sociais implantados, destacaram-se dois gráficos. Nestes gráficos, se percebe o quanto temos que trabalhar efetivamente para mudar o cenário atual no Brasil.

Um sinaliza a extrema pobreza e a fome entre os grupos, trazendo ainda a divisão por gêneros, o que facilita o olhar para mais uma face da exclusão.

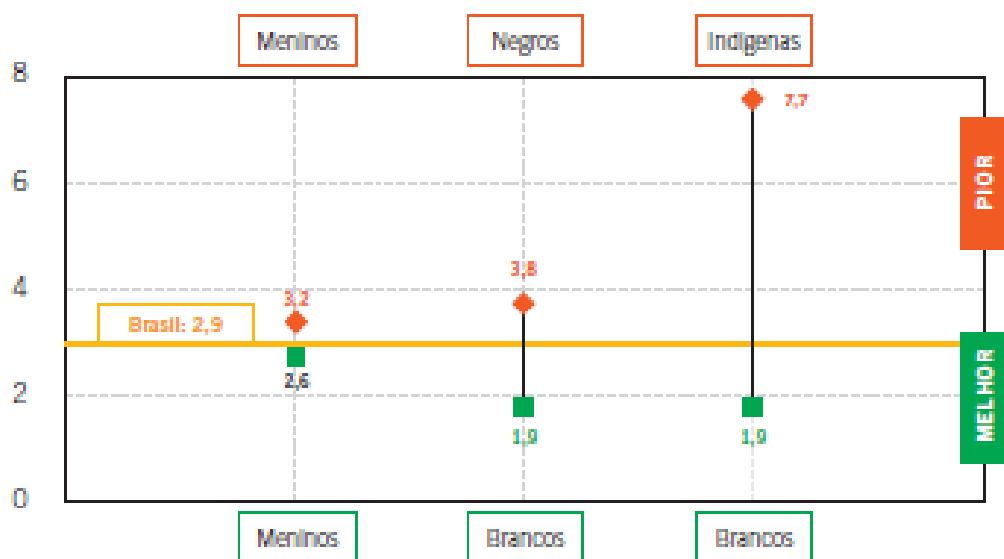
Percentual de crianças pobres, Brasil, 2004 (%)



Fonte: IBGE/ PNAD 2004. Tabulação especial. Elaboração: IBGE/ UNICEF.
_Crianças pobres vivendo em famílias com renda *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

Enquanto o outro aponta para a dificuldade que ainda enfrentamos no contexto brasileiro de viabilizar uma inclusão no ensino básico que, por lei, é um direito universal.

Percentual de crianças de 7 a 14 anos que estão fora da escola, Brasil, 2004 (%)



Fonte: IBGE/ PNAD 2004. Tabulação especial. Elaboração: IBGE/ UNICEF.

Neles, é visível que os indígenas, os negros, as mulheres e as crianças permanecem excluídos socialmente e tendo, com isso, seus direitos à educação, à saúde, a uma renda mínima e a condições de vida adequadas desrespeitados.

Fato é que não podemos mudar o passado, mas dele devemos tirar lições valiosas para construirmos o futuro. Houve um processo cruel com ambas as culturas, tanto os indígenas quanto os negros foram violentados em suas construções sociais, econômicas e políticas. Mas é da mistura do sangue destes povos com os do europeu que nasceu o Brasil com as cores, cheiros e formas que tem. E, dentro desta dinâmica e diante da diversidade cultural da sociedade brasileira, somente um olhar crítico e humanizador pode enfrentar e reduzir a propagação da exclusão tanto econômica quanto social e/ou cultural.

Observando algumas análises sobre as ações governamentais, percebe-se que elas trazem um olhar fragmentado para os indivíduos, mas

é fundamental rever e, simultaneamente, ampliar as bases do financiamento do gasto com as políticas sociais e do trabalho. Da mesma forma, necessita-se fazer mais e melhor do mesmo recurso existente, elevando a efetividade, a eficiência das políticas públicas nacionais. (POCHMANN, 2003, p.34)

Há que se considerar que, na dimensão do processo sócio-histórico, a preocupação com cultura surge na contemporaneidade associada às relações de poder e ao conhecimento. Então, embora a cultura não se resuma a estas relações é impregnada, naturalmente, dos valores dominantes.

Faz-se urgente que se vincule aos projetos sociais o conhecimento científico socialmente construído e a clareza das singularidades do povo brasileiro, que se articulem as políticas públicas para que ofereçam uma estratégia de inclusão social, potencializando os recursos existentes. (POCHMANN,2003).

Certamente, no processo de construção, não existe a necessidade de tudo ser preservado, o que propaga a miséria, a opressão e a discriminação deve ser reconhecido e combatido. Afinal, "... as culturas movem-se não apenas pelo que existe, mas também pelas possibilidades e projetos do que pode vir a existir." (SANTOS, 2006, 20).

Hoje, temos o embasamento científico para sair deste movimento e, pressionados pela dinâmica internacional, caminhamos com sutileza para um novo estilo de relação entre inclusão e exclusão social. As relações já estão sensivelmente mudadas, e, embora não estejam delimitadas e delineadas, é visível que implicam transformações nos mais diversos processos sociais e seus contextos, afinal, "as mudanças daí decorrentes transformam de forma mais ou menos radical a natureza da trama social, conduzindo a que reflexões voltadas a realidades nacionais tenham que levar em conta sua inserção no mundo globalizado." (PORTO,2000, p.2)

Se no passado era mais claro e definido o processo de exclusão ou inclusão social, hoje, estes perpassam dimensões econômicas, sociais e culturais, podendo se entrecruzar no decurso da vida de um indivíduo ou mesmo de um grupo social.

As novas possibilidades de organização social ainda estão muito envolvidas pelos valores dos grupos dominantes, mas estão sendo pressionadas a superar as práticas passadas que estavam fundamentadas pela rígida hierarquização social que foi legitimada por séculos.

Não podemos desconsiderar que a dinâmica entre a exclusão e a inclusão tem assumido contornos mais mutáveis, mas não deixaram de existir e que

enquanto produto de demandas e conquistas da sociedade civil, o retorno à democracia, ou de práticas sociais institucionalizadas, articula-se a um movimento amplo de reivindicação do estado de direito enquanto condição de realização da igualdade na cidadania. Isso significa, também no nível jurídico, a reivindicação de procedimentos menos particularistas, mais conforme ao apelo por normas mais universalistas, características da modernidade. Mesmo que se admita que estes são processos ainda incipientes, seu significado para a reconstrução institucional não parece desprezível. (PORTO, 2000, p.5)

Ou seja, na modernidade, velhos conceitos estão sendo redefinidos e questões basilares repensadas diante das transformações científicas e tecnológicas que se processam mundialmente.

A definição de trabalho e a relação com a tecnologia são bons exemplos das influências internacionais no nosso contexto porque, dentro do processo político neoliberal, responsabilizam o ator social por sua inclusão ou exclusão no sistema, embora, por mecanismos sutis, promovam a separação que antes era mais explícita.

Construção social de identidades, subjetividades e projetos políticos, hoje, interagem de maneira diversa e, logicamente, a cultura sofre estas mudanças; afinal, ela é a marca do jeito de ser, o indicador dos valores de um povo e sinalizador das escolhas do ser humano diante das transformações em geral.

O Brasil tem, em sua origem, uma gama enorme de contribuições e, pela interação de diversas culturas, se modelou enquanto nação. A diversidade é um grande tesouro da sociedade brasileira e, dentro do processo de globalização que o mundo está experimentando, os traços desta multiplicidade são instrumentos facilitadores ainda pouco explorados.

Considerações finais

Considerando, então, que a história de uma sociedade está intimamente ligada a sua cultura, ou seja, é fruto de uma construção de escolhas passadas que trazem consequência no presente, assim como as escolhas do presente podem modificar o futuro. Reconhece-se, assim, a cultura como uma dimensão do processo social que vai sofrer influência e ser influenciada pelas outras dimensões. Classe social, gênero, faixa etária, religião, descendência e muitos outros aspectos vão dando forma aos desdobramentos culturais.

Historicamente, a cultura é marcada pela desigualdade graças à apropriação e manipulação dela pela classe dominante que a utiliza em seu benefício. Certo ou errado, belo ou feio, entre outros conceitos, vão marcando com discricção e exercendo um controle na produção coletiva da sociedade que não percebe seu valor, sua relevância, sua construção historicamente.

Como resultado de um processo, que é particular a cada grupo, não cabe discutir sobre cultura sem especificar a visão que se tem da sociedade e as opiniões que se tem sobre o futuro.

No contexto brasileiro, que, desde a colonização, teve uma interação conflituosa entre povos de culturas muito diferentes, é ilusório pensar a cultura como algo demarcado. Ainda mais se considerarmos que a construção histórica da cultura surge de escolhas tomadas no passado, da relação dos seres sociais entre eles e com a natureza, da dinâmica do desenvolvimento tecnológico e das ciências em geral.

Do século passado até os dias atuais, a preocupação por estudar as culturas humanas cresceu significativamente. Enquanto, no passado, as preocupações com cultura vinham para legitimar as ações de dominação do capital, as modernas nascem associadas à necessidade do conhecimento e das análises políticas.

Cientificamente já está comprovado que a cor da pele, dos olhos ou qualquer outra característica física não é marca de superioridade. Em todas as raças, homens altamente inteligentes nascem, mas para se tornarem gênios científicos, precisam ter algum tipo de acesso ao material construído historicamente pela humanidade, ou seja, biologicamente as diferenças entre os povos foi um mito que o olhar mais atento e as pesquisas mais avançadas

comprovaram que as diferenças eram mais fruto de como a articulação entre os conhecimentos científicos e sociais eram experimentados em cada grupo.

Não devemos nos permitir um posicionamento ingênuo, não existe neutralidade e pressupondo a compreensão sobre esta construção e, seguindo com nosso olhar até a atualidade, pode-se perceber que a cultura se tornou uma das esferas de atuação econômica e sua preservação, em geral, está institucionalizada, tudo de acordo com o “politicamente correto” e, com isso, reproduzindo os interesses dominantes da sociedade. Mas esta não é uma constatação simples e exige um olhar crítico atento, pois, dentro da organização social, se camuflam os valores dominantes na cultura. Tratada como uma realidade a parte e pré-determinada, esta propaga valores e reduz a cultura as suas manifestações mais tradicionais com muita frequência.

O que temos de concreto, hoje, é que nossa cultura e a sociedade contemporânea estão lutando por se acomodarem em seus novos espaços. Afinal, a tecnologia vem transformando práticas e valores, a ciência destruindo conceitos seculares que embasaram práticas cruéis e, nesta interação, se constrói o Brasil dos mulatos, mestiços, brancos, negros e tantos outros grupos que o fazem e formam o mestiço povo brasileiro.

Referências Bibliográficas:

BESSA, Telma. *O grito dos excluídos e a soberania do Brasil*. Revista Espaço Acadêmico, nº 28/ Setembro de 2003. Acessado em 25/ 10/ 2011. Disponível:

GALDINO, Daniela. Culturas negadas na educação: Notas sobre o silenciamento das religiões de origem africana no contexto brasileiro. Acessado em 25/ 10/ 2011. Disponível:
<http://fama2.us.es/eee/ponencias/coloquioreligion/ponencia15.htm>

IPEA. Renda é principal abismo entre negros e brancos. Disponível:
http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=375 Acessado em 25/10/2011.

LARAIA, Roque de Barros, 1932. **Cultura**: um conceito antropológico. 24ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MARTINS, Ludson Rocha. Política social e questão étnico-racial: uma abordagem sócio-antropológica. Acessado em: 26/10/2011. Disponível:

<http://oblocohistoricoo.blogspot.com/2010/12/politica-social-e-questao-etnico-racial.html>

NAIFF, Denis; NAIFF, Luciene & SOUZA, Marcos. As representações sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras. Revista de Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, Ano 9, n.1, 1º semestre 2009. Acessada em 25/10/2011. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v9n1/artigos/pdf/v9n1a17.pdf>

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira & Identidade Nacional. São Paulo: Brasiliense, 2006. 8º reimpr. da 5ª Ed

POCHMANN, Marcio. *Nova Política de Inclusão Socioeconômica*. Revista de Economia Mackenzie, 2003. Ano 1, nº 1, p. 27-36. Acessado em: 20/10/2011. Disponível: <http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/rem/article/view/757>

PORTO, Maria Stela Grossi. *A violência entre a inclusão e a exclusão social*. Revista Tempo Social. vol 12, nº1. São Paulo/ Maio de 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v12n1/v12n1a10.pdf>

SANTOS, José Luiz dos, 1949. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006. 12ª reimpressão da 16ª edição (Coleção Primeiros Passos).

UNICEF. Desigualdades Raciais e de Gênero entre Crianças, Adolescentes e Mulheres no Brasil, no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Acessado em: 25/10/2011. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/folder_uni.pdf